

# CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DO ASSENTAMENTO VISTA NOVA: ÓTICA DE UMA VIVÊNCIA\*

MANOEL ADIR KISCHENER\*\*

## RESUMO

Neste artigo intento mostrar – a partir da perspectiva das Histórias Imediata e do Tempo Presente –, a origem do Assentamento Vista Nova, formado por famílias vindas da região do Planalto Médio, inseridas na História do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), onde residi, juntamente com minha família, também de assentados. O texto que segue faz parte da monografia de conclusão de curso de Bacharelado em História, em que analisei o processo de formação de uma cooperativa, a partir da metodologia dos Laboratórios, empregada pelo Movimento (também vivenciado).<sup>1</sup>

**PALAVRAS CHAVE:** História imediata, História do Tempo Presente, História local e regional, assentamentos rurais, laboratório.

*Há no mundo urbano brasileiro, lugar de destino desses imigrantes [populações de origem rural], um grande despreço por essa cultura ancestral, despreço que aparece na sua folclorização e até mesmo na sua ridicularização”.<sup>2</sup>*

---

\* Este artigo origina-se a partir do capítulo 1 da Monografia de conclusão de curso de Bacharelado em História – FURG, sob a orientação do Prof. Dr. Leandro Sidinei Nunes Hoffman, defendida em janeiro de 2004. Agradeço ao Prof. Dr. Luiz Henrique Torres (FURG), pela leitura e comentários; ao colega e grande amigo Professor e Historiador Marcos Antonio Aristimunha Ferreira, pela indicação de alguns referenciais bibliográficos, e aos assentados do Vista Nova, razão principal deste artigo.

\*\* Bacharel em História (FURG), atualmente cursando Licenciatura. Endereço eletrônico: [kischener@yahoo.com.br](mailto:kischener@yahoo.com.br)

<sup>1</sup> Dedico este artigo ao Prof. Miguel Matias Utzig Muller, falecido em 18 de junho de 2005, em Florianópolis, onde se doutorava em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); em vida foi-me um grande incentivador e colega na troca de idéias sobre o cooperativismo rural e o MST.

<sup>2</sup> MARTINS, 2001, p. 21-30.

## 1 – A TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS ATÉ O ASSENTAMENTO VISTA NOVA, INSERIDA NA HISTÓRIA DO MST

Um esclarecimento ao leitor: defendemos a viabilidade da Agricultura Familiar e uma Reforma Agrária radical, em que a concentração de terras seja substituída pela soberania do povo brasileiro, em que a *função social* da terra seja realmente respeitada conforme prega nossa Constituição. Acreditamos no MST, militamos por esse movimento social, do qual já fizemos parte, porém – ao contrário da maioria dos pesquisadores que o estudam – temos nossas críticas.

Outro esclarecimento, nossa concepção de História: entendemos que algumas questões são imprescindíveis na formulação desse conceito, ou seja, a noção de tempo e espaço; quer dizer, para que exista uma história é preciso que se esteja situado em determinado local e determinado período temporal. Outro aspecto importante é a trilogia do tempo, passado–presente–futuro. Ressaltamos que não existe uma História homogênea, totalizante ou universalizante, que possa ser explicada através de uma única concepção; a História é heterogênea, interdisciplinar, diversificada e sem neutralidade, pois envolve, sobretudo, sentimentos, emoções e desejos.<sup>3</sup>

A seguir mostro a trajetória das famílias até o Assentamento Vista Nova (localizado nos municípios de Dom Pedrito e Rosário do Sul, com uma área de 741,33 hectares e 45 famílias, originado em janeiro de 1989), que está inserida na luta pela terra desencadeada no Estado a partir do final da década de 1970. Para o leitor que quiser acompanhar detalhadamente a história do processo de formação, colonização e expansão do capitalismo da metade norte do Estado, local de origem da maioria das famílias que compõem o Vista Nova, há ampla bibliografia<sup>4</sup>. Esta é uma região rica em contradições sócio-territoriais que, vindo à tona no século passado, desencadeiam a luta pela terra no Rio Grande do Sul.

---

<sup>3</sup> Esse conceito de História foi e está sendo (re)formulado por mim e pelo historiador e professor Marcos Antonio Aristimunha Ferreira, endereço eletrônico: [marcosaristimunha@yahoo.com.br](mailto:marcosaristimunha@yahoo.com.br)

<sup>4</sup> A esse respeito, ver KLIEMANN, 1986; RÜCKERT, 1997, e ZARTH, 1997.

A luta pela terra em solo gaúcho, à época em que no Nordeste brasileiro atuavam as Ligas Camponesas, aqui era mediada pelo Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Rio Grande do Sul (MASTER), que em 1962 ocuparia a Fazenda Sarandi<sup>5</sup>. As contradições sócio-territoriais que levaram à luta pela terra no Estado tiveram grande impulso a partir de meados da década de cinquenta do século passado, com o incremento do grau de capitalização da agricultura, que passa a se beneficiar de grandes investimentos governamentais a pretexto de um projeto desenvolvimentista nacional.

Nesse período, anterior à Ditadura Militar – em que o MASTER começa a perder força e espaço –, começa a desenvolver-se um nascente sindicalismo rural, que levaria à constituição da Frente Agrária Gaúcha (FAG), em 1961, uma forma de contrabalançar a influência de esquerda, obedecendo a finalidades de setores conservadores da Igreja Católica. Dois anos mais tarde é fundada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG).<sup>6</sup>

A construção da usina hidrelétrica do Passo Real pela Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), na região de Passo Fundo, em 1969, e o processo de desocupação de colonos que haviam ocupado a área da Reserva Indígena de Nonoai, levam aos primeiros acampamentos de sem-terra no Estado: as ocupações das granjas Macali e Brilhante (nos municípios de Pontão, Ronda Alta e Sarandi) glebas griladas da antiga fazenda Sarandi<sup>7</sup>, e posteriormente a Encruzilhada Natalino, que é o exemplo mais emblemático da questão agrária no Brasil nos anos 80.<sup>8</sup>

No mesmo período, com a formação e expansão do MST (em nível nacional, inclusive), desenvolvem-se, aqui no Estado, forças de oposição: o Pacto de Unidade e Resposta Rural (PUR), em 1985, com duração efêmera, e a União Democrática Ruralista (UDR), em 1986 (nacionalmente em 1985, em Goiás), que teve grande aparato nacional, mas atualmente encontra-se enfraquecida.

---

<sup>5</sup> Amplamente analisado por ECKERT, 1984.

<sup>6</sup> Conforme mostrado por BASSANI, 1986; HOFFMANN, 1997, e SCHIMITT, 1992.

<sup>7</sup> Estudado por SCHIMITT, 1992.

<sup>8</sup> Analisada por HOFFMANN, 1997.

Em 1987 aconteceria a ampliação da ação do Movimento, depois de atuações localizadas no norte do Estado (nesse momento só existia o acampamento da Annoni). Segundo o historiador Leandro S. N. Hoffmann, “O final do ano de oitenta e sete é um ‘tempo quente’, na luta pela terra no Estado”<sup>9</sup>. Neste período o Movimento coloca em prática o ideário marxista-leninista, numa versão muito simplificada, e parte para o enfrentamento, respondendo ao recuo do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), tendo como lema do congresso de 1985: *ocupação é a única solução*, que depois levaria ao mais conhecido: *ocupar, resistir e produzir*, lema do V Encontro Nacional do MST. São da segunda metade da década de 80 dois acontecimentos de grande impacto no Rio Grande do Sul: a ocupação de metade da área da fazenda Annoni, o “Massacre de Santa Elmira”, e no início da década de 90, o “Massacre da Praça da Matriz” (em 1991), ambos de grande repercussão e relevantes nos rumos e significados na luta pela terra no Estado.

No mês de julho do mesmo ano, acontece a ocupação da fazenda São Juvenal, em Cruz Alta, a partir de então sinalizando um novo padrão de relacionamento entre os agentes sociais envolvidos na questão agrária gaúcha. Nessa ocupação registra-se, pela primeira vez, a presença direta da UDR (em situação de conflito). Os ocupantes vieram da Annoni, de onde, após vinte e um meses sem soluções, decidem partir para a pressão. A situação na São Juvenal torna-se tensa, a maior parte consegue entrar na área, mas muitos ficam retidos fora (num corredor), ameaçados pela forte reação dos fazendeiros e seus “jagunços” (com o aparato da UDR), que os deixaram incomunicáveis. Depois do cerco vem o pior: os colonos são violentamente despejados pelos fazendeiros, com a conivência da Brigada Militar (BM). A derrota é humilhante e as fotos do despejo renderam até prêmios jornalísticos.

Em 16 de novembro, aproximadamente setenta famílias dos Annonis (como ficaram conhecidas as famílias vindas do acampamento da fazenda Annoni e redondezas) ocupam a fazenda Seival, em Cruz Alta. Um dia depois, dezessete sem-terra iniciam um jejum de 48 horas para pressionar o governo, no

---

<sup>9</sup> HOFFMANN, 2002, p. 212.

saguão do prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em Porto Alegre. No dia 24, ainda no mesmo mês, são ocupadas duas fazendas de dois ex-deputados – a Itati, de Aldo Pinto (PDT), em Santo Ângelo, e a do Salso, de Plínio Pereira Dutra (MDB), em Palmeira das Missões. Iniciou-se um movimento migratório diferente, em que homens, mulheres e crianças, carregando seus pertences, subiam em caminhões e rumavam a essas duas ocupações, conforme a socióloga Cláudia Jobb Schimitt: “Ao mesmo tempo em que percorriam as estradas empoeiradas do interior, atravessavam também fronteiras sociais e políticas, dando início à história de um novo grupo de acampados e inaugurando um novo tempo liminar de sociabilidade”<sup>10</sup>. Essas duas ocupações são realizadas por sem-terra organizados nos núcleos de base na região Norte do Estado, contando com aproximadamente mil e oitocentas famílias, o que demonstra a eficácia do trabalho de articulação nas comunidades rurais, além do nível de expropriação ao qual estão subordinados os agricultores familiares gaúchos.

Além dessas ocupações, 49 famílias (também do grupo dos Annonis), no mesmo dia, ocupam o Centro Agropecuário da Palma, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), no município de Capão do Leão. A partir daí o Movimento inicia nova fase no Estado – antes concentrava suas atenções para a fazenda Annoni. Esta fase é mais complexa (envolvendo um contingente maior de trabalhadores: assentados, acampados e nucleados nas comunidades rurais). Formam-se dois novos acampamentos:

(...) os ocupantes da fazenda Itati vão para o santuário de Caaró, em Santo Ângelo, e os acampados da fazenda do Salso formam o acampamento de Potreiro Bonito, em Palmeira das Missões. Seis meses mais tarde, o Movimento faz um acordo com o MIRAD [Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento] para a unificação dos dois grupos em um assentamento provisório na fazenda da Barra, em São Miguel das Missões. Por localizarem-se próximo às ruínas jesuíticas, estes acampados passam a ser denominados de “missioneiros”.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> SCHIMITT, 1992. p. 435-436.

<sup>11</sup> HOFFMANN, 1997, p. 216.

O acampamento da fazenda da Barra foi formado em maio de 1988, no recém-emancipado município de São Miguel das Missões, reúne cerca de cinco mil pessoas, um número de pessoas três vezes maior do que a população da sede do município. É praticamente uma cidade de lona, distribuída num espaço de cinco hectares, com ruelas e avenidas. O acampamento retoma a disposição espacial das reduções jesuíticas. O ponto central é um barraco de madeira bruta, com uma cruz de cedro cravada na frente, além da bandeira do Brasil presa em cima. Esses elementos, de forte expressão e caráter simbólico, influenciaram inclusive na identificação dessas pessoas, que a partir daí passam ser denominadas “missioneiros”.

Dos acampados da fazenda do Salso, que formariam um novo acampamento em Potreiro Bonito<sup>12</sup> (também em Palmeira das Missões), saem as famílias que mais tarde constituiriam o assentamento Vista Nova, todos oriundos do Planalto Médio gaúcho, vindos do grupo Annoni e acréscimos das redondezas.

No Estado, o MST, seguindo orientações nacionais, passa a organizar ações de caráter cada vez mais radical e potencialmente confrontacional<sup>13</sup>. Em abril de 1988, os acampados da Annoni, de Caaró e do Potreiro Bonito organizam uma caminhada em três colunas até Cruz Alta. Aqui, mais do que nunca, é colocado em prática o lema *ocupar, resistir e produzir*. O objetivo da caminhada era pressionar diretamente onde havia terras desapropriáveis. Em 24 de julho, véspera do Dia do

---

<sup>12</sup> “Os agricultores que haviam ocupado a fazenda localizada em Palmeira das Missões transferiram-se para uma área de cinco hectares cedida por um pequeno proprietário solidário à ‘luta’ dos ‘sem-terra’”. A caminhada de 26km até o local do novo acampamento transformou-se em um ato político. Ao cruzarem pelo centro da cidade de Palmeira das Missões, os ‘colonos’ receberam manifestações de apoio de uma parcela da população; outra parte dos moradores da cidade, no entanto, temia que os manifestantes saqueassem lojas e armazéns. Os agricultores começaram a vivenciar as ambigüidades inerentes à sua condição de acampados”. SCHIMITT, 1992, p. 569-570.

<sup>13</sup> Na discussão da Assembléia Nacional Constituinte de 1988, os movimentos sociais e as diversas instituições apoiadoras da reforma agrária não conseguiram acumular força política para a promoção de uma reforma agrária massiva e sob o controle dos trabalhadores, inscrevendo-a como um direito constitucional. Apesar de terem realizado a maior arrecadação de assinaturas (abaixo-assinado), com mais de um milhão de aderentes, a derrota deveu-se à hegemônica manobra da bancada ruralista, representada pela UDR.

Agricultor, o grupo missioneiro, com cerca de setecentas famílias, realiza a ocupação da fazenda Buriti, em São Miguel das Missões, a cerca de 50 km da Barra, com uma área de 11 mil hectares. O acampamento é cercado pela Brigada Militar e pela UDR, mantendo os ocupantes incomunicáveis. Três dias depois, o juiz de Santo Ângelo concede a liminar de reintegração de posse ao proprietário. Quando os acampados tomaram conhecimento da decisão judicial, decidiram que um dos “figurões” do MIRAD ficaria no acampamento até que a justiça atendesse suas reivindicações. Assim, quando os oficiais de justiça foram proceder ao despejo “tomaram um susto”, cancelaram a ação e a BM permitiu que o vice-presidente da FETAG, Erni Knorst, e o deputado estadual Adão Preto, do PT, entrassem na área.

Odacir Klein, Secretário Estadual da Agricultura (Governo de Pedro Simon), foi até o acampamento, na tarde seguinte, e decidiu acatar e executar as reivindicações de quem lá estava. Os acampados da fazenda Annoni foram até a fazenda Buriti dar apoio ao pessoal. Em agosto do mesmo ano, os missioneiros, depois da saída da área, vão para um acampamento (provisório) numa área do Estado, em Tupanciretã. O fornecimento de alimentação garantido no acordo com o secretário da Agricultura não é cumprido. Um grupo de mais de mil sem-terra (munidos com ferramentas e pedaços de pau) partem para a ação direta (desconsiderando inclusive as barreiras policiais postas na entrada do acampamento, pela Brigada Militar), marchando até o armazém da Cooperativa Serrana (localizado na mesma área e, que estava arrendada à cooperativa, ligado ao Instituto de Carnes Rio-Grandense) onde estavam estocados alimentos. Os próprios acampados fazem a distribuição dos alimentos entre as famílias. O governo estadual reage fortemente. A Brigada, que havia feito “fiasco” (em novembro, na fazenda Itati), mobiliza-se com rapidez e rigor para desfazer a imagem de impotência deixada anteriormente, reunindo pelotões de choque de quatro cidades próximas. Por uma semana o acampamento foi mantido cercado, a saída foi proibida e também era impedido de entrar quem quisesse retornar, inclusive dois agricultores foram detidos e encaminhados à Polícia Federal de Santa Maria, formando-se um verdadeiro “campo de concentração”. Quando os acampados decidem ir

para o confronto o cerco chega a seu final, o governo foi obrigado a negociar. A tensão aumenta, a UDR usa os meios de comunicação, tentando criar um clima que justificasse a repressão (funda a regional em Tupanciretã e começa a fazer leilões de gado para obter fundos, estruturar-se para o enfrentamento). Cresce a tensão na região e há trocas de acusações dos dois lados, Movimento versus fazendeiros. O Secretário da Agricultura chama o MST para negociar a saída da área, conforme relata Hoffmann: “Após oito audiências de negociações, os colonos conseguiram importantes saldos, como a liberação de três áreas, edital de compra de terras e outras conquistas em alimentos, medicamentos e sementes”<sup>14</sup>.

Depois de saírem de Tupanciretã, as famílias vão para um assentamento provisório no município de Salto do Jacuí, para aguardar a compra e liberação de terras para assentamentos. Um grupo de 19 famílias foi para um assentamento em Quevedos, outro grupo ficou em definitivo na fazenda da Barra. No grupo que foi para Salto do Jacuí está aquele que constituirá logo depois o Assentamento Vista Nova. Os que restaram, aproximadamente quinhentas famílias dos missionários, ocupa posteriormente, a fazenda Santa Elmira, no município de Salto do Jacuí, que resultaria no “massacre da Santa Elmira”<sup>15</sup> (onde cerca de quatrocentas pessoas foram feridas no confronto com a Brigada Militar). Como o propósito foi justamente tentar reconstituir a trajetória das famílias que posteriormente constituiriam o Assentamento Vista Nova, nosso objeto de estudo, e como tais famílias foram assentadas antes do “massacre da Santa Elmira”, não cabe mais, neste trabalho, a posterior trajetória histórica do MST.

## **2 - A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS E AS ENTIDADES DE FORMAÇÃO**

A questão da educação e da formação é uma preocupação constante desde o início da retomada da luta pela terra no Estado, no início dos anos 1980, a partir dos primeiros

---

<sup>14</sup> HOFFMANN, 2002, p. 220.

<sup>15</sup> Amplamente relatado por GÖRGEN, 1989. O episódio inclusive teve este como participante.



acampamentos, anteriores à formação do MST. Nessa fase, a educação e a formação estão a cargo das entidades de apoio, principalmente as religiosas, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) – que nesse momento é mediadora direta da luta pela terra. Posteriormente, o Movimento “podará” a influência da Pastoral e passa a tornar-se hegemônico, quando assume o ideário marxista-leninista.

O Assentamento Nova Ronda Alta, resultado da segunda fase do acampamento da Encruzilhada Natalino, em fevereiro de 1982, foi implantado em uma área comprada pela Cáritas e Igreja Católica. Nele desenvolveu-se uma experiência pioneira: “foi proposto um assentamento ‘modelo’, formado por dez famílias escolhidas entre as lideranças do acampamento, para trabalharem comunitariamente”<sup>16</sup>.

Darcy Maschio, um dos líderes à época, em pronunciamento no II Encontro Estadual do MST, deixa clara a valorização da educação e a sua relação estratégica com a reforma agrária dentro da perspectiva do Movimento: “Quando nos tiram a terra, também passam por cima do nosso direito à escola. Não basta conquistar a terra. É preciso ficar em cima dela. E só é possível isto através da educação”<sup>17</sup>. Uma das primeiras iniciativas para colocar em prática o disposto na fala de Maschio foi a criação – por um conjunto de entidades – da Escola Sindical do Alto Uruguai (ESAU), em 1988. Dois anos depois, com a criação da Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceilero (FUNDEP/ DER), a escola se torna uma secretaria de formação do sindicalismo rural, conforme decisão da própria e do Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT). No mesmo período (1988 e 1989), ocorrem no Estado dois “Seminários de Formação na Área Rural do RS”.

Inicialmente os assentamentos eram organizados em grupos coletivos, predominando até o ano de 1986. A discussão sobre as formas de organização da produção, em assentamentos rurais do Movimento, teve início a partir de meados da década de 1980, devido ao aumento do número de assentamentos no país e à necessidade de viabilizá-los econômica e socialmente. A

---

<sup>16</sup> HOFFMANN, 2002, p. 294; grifo meu.

<sup>17</sup> Citado em HOFFMANN, 2002, p. 270.

organização da produção nos assentamentos rurais do MST é uma preocupação iniciada a partir da sua verdadeira efetivação, ou seja, no “ano da formação”, 1987. Até 1989, predominam as associações de trabalhadores, buscando melhorias infra-estruturais para os assentamentos.

No ano de 1986, na fazenda Annoni, é criado o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), em resposta à chamada “Revolução Verde”<sup>18</sup>. Propõe-se aprimorar as técnicas tradicionais da agricultura familiar, transformando-as em alternativas tecnológicas para a pequena produção, particularmente para os assentamentos.<sup>19</sup> Partindo dessa premissa, o CETAP vem também criticar os órgãos públicos de extensão rural, acusados de práticas assistencialistas. Sua função também é política, e vem convergir para uma série de outras iniciativas do final da década de 1980: o Sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA) e os Laboratórios Organizacionais de Campo (LOCs).

Também nesse período são fundadas mais três escolas de caráter mais formal, voltadas para a formação técnica de lideranças e jovens rurais: em abril de 1988, a Escola Alternativa para a Juventude Rural (ESCAJUR), no município de Passo Fundo, bancada pela Pastoral da Juventude Rural (PJR) e a Diocese de Passo Fundo; e a FUNDEP, em duas cidades, Três Passos e Braga. São também “obra” de entidades ligadas à Igreja Católica (vinculadas à área rural), ao Movimento, ao sindicalismo rural e urbano e intelectuais ligados ao Campo dos Conflitos Agrários (CCA).<sup>20</sup>

A FUNDEP tem propósitos mais amplos, pois inclui ensino, pesquisa e extensão. Passa a trabalhar no campo dos valores, tentando forjar um novo homem, como base de uma nova sociedade, etc. E passa também a trabalhar o coletivo, conforme a concepção vigente nestes movimentos ou Campo dos

---

<sup>18</sup> Processo de capitalização da agricultura, transformando-a mecanicamente, usando grande quantidade de insumos industriais, notadamente os agrotóxicos, além de privilegiar a monocultura. No Rio Grande do Sul é representada pelo cultivo em grandes proporções da soja e do arroz irrigado.

<sup>19</sup> HOFFMANN, 2002, p. 278-279.

<sup>20</sup> Conceito criado por SCHIMITT (1992) e desenvolvido por HOFFMANN (1997).

Conflitos Agrários. Funciona em Três Passos a Escola Espírito Santo, católica como as demais, destinada ao ensino formal.

Na cidade de Braga localiza-se a outra escola ligada à FUNDEP, o Departamento de Educação Rural (DER). Este se vincula diretamente às demandas dos movimentos sociais rurais, formando as “professoras do Movimento”, em cursos de Magistério, devido a “incompatibilidade entre professores da rede pública e os assentados”<sup>21</sup>.

Além do Magistério, o DER implantou os cursos de Técnico em Administração de Cooperativas (TACs), conjuntamente com a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA) – Curso Alternativo de 2º Grau/TAC), um curso de Técnico em Enfermagem (voltado para as áreas indígenas) e um curso supletivo de primeiro grau (Curso Alternativo de 1º Grau).

A FUNDEP foi criada por várias entidades, como demonstra a sua assembléia geral: ANCA, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), CPT, PJR, CETAP, Pastoral Rural da Diocese de Frederico Westphalen, Pastoral Rural das Igrejas Metodistas e Luterana, Paróquia de Braga, Secretaria da Educação de Braga, Província Franciscana, Associação dos Trabalhadores da Região Ceileiro, nações indígenas do Norte do Estado, além de assentados do MST; essas entidades e os intelectuais a elas ligados formam o Campo dos Conflitos Agrários.

O Sistema Cooperativista dos Assentamentos, um setor do MST, tem o objetivo de trabalhar com todos os assentamentos rurais, independente da forma de cooperação adotada ou forma de organização de trabalho. Respondia a um planejamento elaborado pelo Movimento, denominado “Plano Nacional do MST”, para o período de 1989-1993. Em 1990 é realizado o primeiro seminário sobre as experiências de cooperação agrícola, dando início ao SCA. Em 1992 realiza-se o I Curso Nacional de dirigentes do SCA e é fundada a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. (CONCRAB).

Em 1994, foi realizado o Seminário Nacional sob a perspectiva da cooperação agrícola, discutindo a crise nas

---

<sup>21</sup> HOFFMANN, 2002, p. 284.

Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) e Coletivos, bem como perspectivas para a cooperação no MST.

No ano de 1995 foi fundado em Veranópolis (RS) o Instituto Técnico de Ensino e Pesquisa em Reforma Agrária (ITERRA), órgão mantenedor da Escola Josué de Castro, funcionando junto ao antigo Seminário dos Capuchinhos.

Em 1996, o Sistema Cooperativista dos Assentamentos deu início ao debate sobre a massificação da cooperação agrícola e realizou o segundo seminário sobre as perspectivas da cooperação no MST.

A partir dessas escolas e iniciativas, o Movimento e as demais entidades ligadas a ele passam a firmar convênios para formar a “aliança operário-camponesa”, com entidades urbanas, conveniando-se com a Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) e outras entidades e conseguindo manter, além desses convênios, outros como: com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Centro dos Professores do Rio Grande do Sul (CPERGS), entre outras. Com a UNIJUÍ, o Seminário Permanente de Planejamento Participativo na Educação Popular (SPEP), em maio de 1986:

O trabalho destes cursos e seminários, intermediados pela UNIJUÍ, amplia o conjunto de referenciais com os quais os militantes e dirigentes do Movimento entram em contato. Os conteúdos dessas atividades, de alguma forma, contribuem para uma “laicização” das representações do MST, entrando em concorrência com aquelas originadas da matriz discursiva dos mediadores religiosos, mas mantendo algumas representações estruturantes do imaginário do Movimento: a “nova sociedade” e o “coletivo/cooperativismo”.<sup>22</sup>

O DER, além de elaborar materiais de apoio para educação popular, formou monitores para projetos de alfabetização dos sem-terra e também para os Laboratórios (que serão mostrados no próximo item).

Com estas entidades, o MST, na sua seção gaúcha, projetava-se para a sua maior “cartada” no campo das representações, os LOCs. Nessa época, a direção já se orientava

---

<sup>22</sup> HOFFMANN, 2002, p. 289-290.

pela cartilha de Clodomir Santos de Moraes, o mentor dos Laboratórios, e imbuída em análises a partir do materialismo histórico.

Havia a necessidade de criar uma base de sustentação e de demonstrar publicamente os resultados obtidos nas terras conquistadas. A partir dessas instituições e idéias, o Movimento elabora sua tentativa de organização da produção, tendo em seu “carro-chefe” os Laboratórios Organizacionais de Campo.

### **3 – “(...) DE QUE ADIANTOU NÓS GANHARMOS A TERRA E TRABALHAR NA OBRIGADA DE NOVO?”<sup>23</sup>: ORIGENS E CONCEITUAÇÃO DO LABORATÓRIO**

Os Laboratórios foram originalmente formulados por Clodomir Santos de Moraes – Doutor em Sociologia<sup>24</sup>, que integrou as Ligas Camponesas –, a partir do ensaio “Elementos da Teoria da Organização do Campo”. Essa metodologia foi gestada em 1954, a partir da realização de um curso sobre legislação agrária, que objetivava a capacitação de quadros dirigentes das Ligas, em Recife.

Em 1964, com a realização das primeiras experiências, ainda no Nordeste brasileiro, inicia-se a formulação do “Método de Capacitação Massiva – Laboratório Experimental de Terreno”.

Santos de Moraes aplicou essa metodologia em vários países antes de a implantar no Brasil, da América Latina à África e a Europa: Panamá, Honduras, México, Nicarágua, Portugal, Guiné Bissau, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Zimbábue e África do Sul<sup>25</sup>. Esses programas foram apoiados por órgãos governamentais desses países, fundações e entidades da Organização das Nações Unidas (ONU), como a Organização

---

<sup>23</sup> Relato de um dos entrevistados, o senhor Gomercindo, 65 anos, referindo-se ao modo como trabalhavam anteriormente, isto é, arrendatários, parceiros ou meeiros, entregando geralmente metade da produção ao proprietário da terra, normalmente um especulador, que não necessita da terra diretamente para sobrevivência.

<sup>24</sup> Pela Universidade de Rostock (então Alemanha Oriental), com a tese: *Condiciones objetivas y factores subjetivos de la incorporación de las masas rurales en el proceso de desarrollo progresista de la agricultura en Centroamerica*, 1987.

<sup>25</sup> Ver ARAÚJO, 2002, p. 14.

Internacional do Trabalho (OIT), Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Em 1988, realiza-se em Palmeira das Missões (RS) o Laboratório Organizacional de Centro (LOCEN), numa parceria do MST com a Universidade de Brasília (UnB), visando a capacitar e formar laboratoristas para a futura implementação dessa metodologia nos assentamentos rurais, como uma alternativa para a organização da produção destes, em sistemas coletivos e cooperados, visando à formação de cooperativas; essa atividade contou com a participação de mais cem militantes de dezenove estados. No Brasil, essa metodologia foi implementada com o apoio do Instituto de Apoio Técnico aos Países de Terceiro Mundo (IATTERMUND)<sup>26</sup>, e posteriormente, em parceria com o Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda em Áreas de Pobreza (PRONAGER). Pelo MST, os Laboratórios são implantados num período que vai do final da década de 80 a meados da década de 90. Depois de avaliados, são interrompidos, devido aos fracassos das cooperativas instaladas a partir do método. Atualmente, a metodologia continua em franca aplicação, pelo IATTERMUND, em comunidades pelo Brasil afora, com o apoio do PRONAGER<sup>27</sup> e FAO. Também está sendo aplicada no México, em convênio com a Universidade de Chapingo. Na Europa, ocorreu a realização do 1º Laboratório, na periferia de Londres.<sup>28</sup>

A primeira discussão sobre o Sistema Cooperativista dos Assentamentos, do Movimento, realizou-se entre 1989 e 1990 – conforme relato no item anterior –, com a formação das linhas políticas para a organização dos assentados e da produção;

---

<sup>26</sup> Criado em 1988, por Clodomir Santos de Moraes e Universidade de Brasília (UnB), em sua área de extensão.

<sup>27</sup> Segundo as últimas notícias que tive, a metodologia foi "mascarada" com novo nome, "Evento de Capacitação em Campo", sendo aplicada aqui na região, no município de São José do Norte, através do PRONAGER, via Governo Federal, através da FURG em sua área de extensão, no caso local, com os agricultores familiares de uma cooperativa ligada ao plantio da cebola, pesca familiar artesanal e gado leiteiro. Não se pode tirar conclusões de como está o "andamento" de tal organização, mas, dado o que normalmente ocorre na implantação desta metodologia, os "resultados" não tardam a aparecer.

<sup>28</sup> ARAÚJO, 2002, p. 15.

tornava-se necessária a organização da produção nos assentamentos, através da cooperação agrícola, com a preocupação da viabilidade da reforma agrária perante a sociedade e, conseqüentemente, com as novas formas de organização socioeconômica dos assentamentos rurais. Com isso, vieram os LOCs.

O Laboratório, conforme seu criador, "(...) é um ensaio prático e ao mesmo tempo real em que se busca introduzir, em um grupo social, a consciência organizativa que necessita para atuar em forma de empresa ou ação organizada"<sup>29</sup>. Ainda, é um método que possibilita a elevação dos níveis de consciência organizativa (ingênua e crítica) da coletividade ao nível da consciência em que vivem<sup>30</sup>. O objetivo central do Laboratório é constituir-se num aprendizado que levará à construção de cooperativas, acreditando que a "profissão de agricultor" desaparecerá através da setorização da produção.

Há quatro tipos de Laboratórios: o LOCEN, que visa à formação de quadros organizadores de empresas associativas, utilizado como primeira etapa de formação de diretores de Laboratório Organizacional de Terreno (LOT); o LOT destina-se a acelerar a consciência organizativa de grupos sociais e criar bases de empresas associativas de produção de bens e serviços; o Laboratório Organizacional de Curso ou Campo (LOC) atua na formação de Técnicos em Desenvolvimento Econômico (TDEs) ou Técnicos em Desenvolvimento Cooperativo (TDCs); estes, por sua vez, formam os Auxiliares de Projeto de Investimentos (APIs), a base para a formatação e funcionamento, também serve para a formação de diretores de LOTs (a primeira etapa, teórico-prática); e o Laboratório Organizacional de Empresa (LOE), que acelera o nível organizativo de empresas associativas, inclusive aquelas originadas de LOTs.

Para os casos de assentamentos rurais, foi criado o Laboratório Organizacional de Campo. Conforme Sebastião L. Araújo – um admirador do método –, a capacitação massiva, objetivo do Laboratório,

---

<sup>29</sup> ARAÚJO, 2002, p.15.

<sup>30</sup> ARAÚJO, 2002, p.16.

(...) “fundamenta-se, principalmente, na psicologia social, tendo a atividade objetivada como desencadeadora do processo de aprendizagem e de construção do conhecimento”. Como Método de Capacitação a ação pedagógica se desenvolve com base na relação dialética – PRÁTICA – TEORIA – PRÁTICA, possibilitando aos participantes a apreensão do conhecimento e a transformação positiva da realidade em que vivem, a partir da inserção dessas pessoas em experiências concretas de geração de trabalho e renda, mediante a realização de Laboratórios Organizacionais.<sup>31</sup>

Conforme Maria A. de Souza – que critica o método –, o conteúdo proposto por Clodomir Santos de Moraes indica a utilização de uma pedagogia com fundamentos em práticas dirigidas e características de uma educação “bancária”, em que destaca vários vícios existentes entre os assentados e como combatê-los; segundo a autora, a concepção de práxis que permeia o processo demonstra outra redução na dimensão educativa, em que não é atribuída importância à interação como elemento do processo ensino-aprendizagem, também não é respeitada a trajetória cultural dos assentados. “Desenvolve-se uma pedagogia caracterizada pela transmissão de conhecimentos; rotulação das formas de saberes dos sem-terra, enfim, o predomínio da idéia de que a concepção do grupo dirigente é a ideal”<sup>32</sup>. O assentado é ignorado. Tornando-se “vícios artesanais”, tentam “substituir” esses vícios por “valores” proletários, ou seja, a “consciência” de operário. Ainda conforme a autora: “Será que o trabalhador assentado tem o ‘desejo’ de não ser agricultor? Várias pesquisas têm demonstrado que o sem-terra quer ter o seu ‘pedaço de terra’”<sup>33</sup>.

No Rio Grande do Sul, o primeiro Laboratório foi realizado no Assentamento Nova Ramada, no município de Júlio de Castilhos, em 1989. Conforme Zander Soares Navarro, “(...) a informação corrente entre os colonos era que o Movimento havia desenvolvido uma nova ‘arma de luta’, que permitia a organização econômica dos assentados, além de manter ‘as

---

<sup>31</sup> ARAÚJO, 2002, p. 20.

<sup>32</sup> Cf. SOUZA, 1999, p. 114.

<sup>33</sup> SOUZA, 1999, p. 115.



famílias unidas”<sup>34</sup>. Esse primeiro LOC deveria ser modelo para os futuros que seriam implantados, respondendo a uma política da Executiva Estadual do MST.

No Rio Grande do Sul, em 1991, ocorreram vinte e duas edições do Laboratório, respondendo ao Plano Nacional do MST – 1989-1993, que diz que seria preciso massificar a cooperação agrícola nos assentamentos rurais, usando a estrutura construída, ou seja, as entidades de formação: o CETAP e o DER.

Após as tentativas fracassadas de implementação da produção nas formas tradicionais – devido à falta dos incentivos agrícolas necessários, pois era inadequado o modelo que foi posto para os pequenos produtores, ou seja, estavam acostumados a uma agricultura “manual” e agora são adaptados a uma agricultura mecanizada –, é realizado o Laboratório com os assentamentos Alto Alegre e o Vista Nova, de 24 de novembro a 22 de dezembro de 1991, como tentativa de solucionar os graves problemas econômicos destes.

#### **4 – ESBOÇO CONCLUSIVO**

Este artigo insere-se na perspectiva de uma outra História<sup>35</sup>, ou seja, vai ao encontro do que diz a historiadora Vavy Pacheco Borges sobre a necessidade de se buscar novas abordagens, tanto em questões metodológicas como em questões teóricas na História: “a produção histórica deve aproveitar toda a experiência existente”<sup>36</sup>. Assim, penso que este trabalho se aproxima da Pesquisa-Ação, a História Narrativa e a História de Vida<sup>37</sup> (dos coletivos e familiar), focalizando a História regional e local<sup>38</sup>, e sobretudo a História Imediata e a História do Tempo Presente<sup>39</sup>; no sentido de trazer à História o que foi percebido e vivenciado, numa forma de proporcionar um momento singular aos assentados e conhecer a sua verdade, como protagonistas

---

<sup>34</sup> NAVARRO, 1995, p. 19.

<sup>35</sup> BAREMBLITT, 2002.

<sup>36</sup> Ver BORGES, 1989, p. 77.

<sup>37</sup> RAGO, 2001.

<sup>38</sup> Cf. PRIORI, 1994. p. 181-187.

<sup>39</sup> Cf. DIAS, 1995, p. 57-75; HOBBSAWN, 2002, p. 243-255; LE GOFF; NORA, 1988; RODRIGUES; PADRÓS, in LENSKIJ; HELFER, 2000, p. 123-139; VIZENTINI, 2004, p. 35-57.

do processo. Não pretendi fazer uma análise desinteressada: parti de uma abordagem horizontal. Conforme o pedagogo cubano José Ignacio Reyes González, dentro da História Social tem despertado interesse pela “historia del cotidiano, que centra su atención en la vida familiar, las personas comunes, los sectores populares generalmente marginados por la historia tradicional”,<sup>40</sup> também acrescentando conhecimento integral à História.

O Assentamento Vista Nova, onde se realizou a experiência do Laboratório, atualmente encontra-se completamente desestruturado<sup>41</sup>. Se foi o fator determinante, pode-se discutir, mas isso encaminhou, conforme é relatado na monografia, por um dos entrevistados, ilustrando uma das facetas do LOC:

*Era tudo por ordem (...) quantas horas trabalhamos hoje, era todo mundo, tínhamos que pagar aquelas tantas horas, amanhã de novo, e assim por diante, então foi isso que desuniu o povo, nós não queríamos trabalhar amarrados assim (...) pior que tivesse na colônia (onde moravam antes) (...) não deu união. (...) Ficavam contra, tocar de trabalhar desse jeito de novo era que nem nós estávamos, mandados pelos patrões, antes. **Quando nós tínhamos a nossa terra não nos governávamos, tínhamos que trabalhar na obrigada, obrigado a trabalhar tantas horas por dia... (...) Então de que adiantou nós ganharmos a terra e trabalhar na obrigada de novo?** Então muitas pessoas não compreendiam essas coisas (Gomercindo, 65 anos – grifo meu).<sup>42</sup>*

A implantação do Laboratório gerou expectativas, esperanças numa “clientela frágil”, debilitada e, portanto, completamente alheia ao que viria pela frente; é por isso que precisam ser revistas certas metodologias usadas/trabalhadas na formação dessas pessoas, seja pelo MST, seja por outras entidades, por exemplo, as Universidades (também grandes incentivadoras desse método, pois forneciam os instrutores) e demais órgãos de extensão. Foi e ainda é prática das esquerdas, influenciadas pela tendência marxista, usar do mecanismo de “copiar e colar” (numa linguagem computacional), ou seja,

---

<sup>40</sup> REYES GONZÁLEZ, 2000, p. 83.

<sup>41</sup> “[...] não deu mais nada certo (risos), o recurso era comprar a passagem para vir embora” – relato de um dos entrevistados, o senhor Nereu, 62 anos.

<sup>42</sup> Entrevista realizada para a pesquisa da monografia.

usando de teorias não raro ultrapassadas, em sociedades distintas, verticalmente, desrespeitando no mínimo os saberes “artesanais” dos “camponeses” (combatidos pelo MST, na empreitada da proletarianização em massa dos camponeses, enxertando-lhes “valores” de operários, a cultura e o tempo da fábrica do capitalismo<sup>43</sup> em contraponto aos saberes milenares do homem rural, ligados à natureza<sup>44</sup>). A famosa comparação de Marx dos camponeses ao “saco de batatas” (na obra *O 18 Brumário*), no sentido de que os camponeses estariam juntos mas não teriam uma ação coletiva (seu modelo de produção na agricultura baseado na realidade da Inglaterra, à época) não se confirmou/fracassou, pois, conforme Ricardo Abramovay<sup>45</sup>, “o saco de batatas pára em pé”. Essa teoria foi também reforçada por seguidores, como Kautsky e Vladimir Ilyich Ulyanov (Lênin), na convicção de que o camponês (compreendo hoje, e especificamente para a região Sul, o agricultor familiar) estaria fadado ao desaparecimento, negligenciando a família, que era vista como fruto da crescente marginalização ao processo de produção à medida dos “avanços” do capitalismo, associando a agricultura familiar ao atraso, num significado classista genérico, também fracassou. Nos países desenvolvidos a agricultura familiar foi o alicerce para resolução do problema alimentar e, passa a ser valorizada, agora, pela sociedade brasileira, numa forma de reconhecimento ao que já se fazia há séculos. Finalizando, atualmente, a esquerda ainda continua a ver os agricultores familiares de forma preconceituosa. Por que hoje – único país no mundo – há propostas diferenciadas para os “dois” segmentos? Ou seja, o Ministério da Agricultura para os complexos agropecuários industriais, e para os agricultores familiares, o

---

<sup>43</sup> “Eles (o MST) queriam que o campo mudasse” – relato de uma das entrevistadas, a senhora Eva, 56 anos.

<sup>44</sup> O caso do MST sem dúvida é emblemático, pois, nele “convivem” três diferentes orientações: a simbologia cristã (que é hegemônica de 1979 a 1984, ou seja, a época da fundação), a teoria marxista-leninista (que se fortalece a partir de meados dos anos 1980, numa versão extremamente simplificada e vulgar) – a “união” destas duas primeiras leva à Teologia da Libertação – e o “ideário democrático” do novo movimento cidadão globalizado (ao longo da década de 1990, à medida de sua participação na ampla rede do Movimento cidadão planetário). A esse respeito, ver SHERER-WARREN, 2000, p. 35.

<sup>45</sup> Ver ABRAMOVAY, 1992.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (infinidamente inferior em se tratando de verbas)?

Finalizando, os assentados têm – ainda hoje – duas formas de luta (depois da “conquista da terra”), a resistência à “proletarização” forçada e a sobrevivência em cima da terra, às vezes dificultada pelo próprio Movimento.

O Assentamento Vista Nova até o momento (sua história até agora) encontra-se em grandes dificuldades, sejam financeiras, de saúde, cultura, infra-estrutura, etc. Muitas famílias abandonaram os lotes de terra por não terem mais condições dignas de sobreviver. O retorno à região de origem foi a única alternativa. Como já afirmei, se foi a realização do Laboratório que desestruturou o mesmo é discutível (pois influem vários fatores). Está à margem da História dos projetos de assentamento que deram certo, isto é, fora das estatísticas “positivas” do MST e de órgãos governamentais. Pergunta-se: e os “mediadores” que “aplicaram” a metodologia dos Laboratórios, onde e como estão? Sofreram?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ANPOCS; Campinas: Ed. da Unicamp, 1992. (Estudos rurais, 12).

ARAÚJO, Sebastião L. *A metodologia da capacitação massiva como instrumento de inclusão social*. Brasília, 2002. Monografia [Especialização em Políticas Públicas] – Universidade de Brasília.

BAREMBLITT, Gregorio. As Histórias. In: \_\_\_\_\_. *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. 5. ed. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002.

BASSANI, Paulo. *Frente Agrária Gaúcha: ação política-ideológica da Igreja Católica no movimento camponês no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1986. Dissertação [Mestrado em Sociologia Rural] – UFRGS.

BORGES, Vavy P. *O que é história*. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DIAS, Reginaldo. Considerações sobre a História imediata e o colapso do chamado socialismo real. *Revista de Pós-Graduação em História*, Assis: UNESP, v. 3, p. 181-187, 1995.

ECKERT, Córdula. *Movimento dos Agricultores Sem-Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964*. Itaguai, 1984. Dissertação [Mestrado em Ciências do Desenvolvimento Agrícola] – UFRJ.

GÖRGEN, Frei Sérgio. *O massacre da Santa Elmira*. Petrópolis: Vozes, 1989.

HOBBSBAWN, Eric J. O presente como História. In: \_\_\_\_\_. *Sobre História*. Trad. de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 243-255.

HOFFMANN, Leandro S. N. *A cruz e a bandeira: a construção do imaginário do sem-terra do RS – 1981/1987*. Porto Alegre, 1997. Dissertação [Mestrado em História] – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS.

\_\_\_\_\_. *Da cruz à bandeira: a construção do imaginário do Movimento Sem Terra – RS, 1985-1991*. Porto Alegre, 2002. Tese [Doutorado em História] – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS.

KISCHENER, Manoel A. *Contribuição para o estudo do Laboratório Organizacional de Campo no Assentamento Vista Nova: Dom Pedrito, RS*. Rio Grande, 2004. Monografia [Bacharelado em História] – DBH, FURG.

KLIEMANN, Luiza H. S. *RS: terra e poder – história da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

MARTINS, José de S. Por uma pedagogia dos inocentes. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*. São Paulo: FFLCH/USP, v. 13, n. 2, p. 21-30, nov. 2001.

MORAIS, Clodomir S. de. *Elementos sobre a teoria da organização no campo*. Caderno de Formação n. 11. São Paulo: MST, 1986.

NAVARRO, Zander. *Ideologia e economia: formatos organizacionais e desempenho produtivo em assentamentos rurais – o caso do assentamento 'Nova Ramada' (Estado do Rio Grande do Sul, Brasil)*. Porto Alegre: UFRGS/ Departamento de Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1995. Relatório final.

PRIORI, Angelo. *História regional e local: métodos e fontes*. *Revista de Pós-Graduação em História*. Assis: UNESP, v. 2, p. 181-187, 1994.

RAGO, Margareth. *Entre a história e a liberdade: Luce Fabbrì e o anarquismo contemporâneo*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2001.

REYES GONZÁLEZ, José I. La Historia familiar y comunitaria como historia social. *Cadernos do CEOM (Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina) – Chapecó: Argos Ed. Universitária*, n. 12, 2000 (Educação patrimonial e fontes históricas).

RODRIGUES, Gabriela; PADRÓS, Enrique Serra. História Imediata e pensamento único: reflexões sobre a História e o ensino de História. In: LENSKIJ, Tatiana; HELFER, Nadir Emma (org.). *A memória e o ensino de História*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC – ANPUH/RS, 2000. p. 123-139.

RÜCKERT, Aldomar A. *A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul: 1827/1931*. Passo Fundo: EdiUPF, 1997.

SCHIMITT, Cláudia J. *O tempo do acampamento: a construção da identidade social e política do "colono sem-terra"*. Porto Alegre, 1992. Dissertação – Mestrado em Sociologia Rural).

SHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais rurais no mundo globalizado: o caso do MST. *Cadernos de Pesquisa*, 24. Florianópolis: PPGSP/ UFSC, p. 31-44, nov. 2000.

SOUZA, Maria A. de. *As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST*. Campinas, 1999. Tese [Doutorado] – Faculdade de Educação, Unicamp.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A vida após a morte: breve história mundial do presente pós-"fim da História". *Tempo*, Rio de Janeiro: 7 Letras; EdUFF, v. 8, n. 16, p. 35-57, jan. 2004. Dossiê História do Tempo Presente.

ZARTH, Paulo A. *História agrária do planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.